

Comissão vota amanhã o projeto para a dívida

por Marta Salomon
de Brasília

A Comissão de economia do Senado vota amanhã projeto de resolução garantindo respaldo político à proposta do governo de saldar a dívida externa de acordo com a "capacidade interna de pagamento". Fruto de um longo trabalho de negociação do embaixador Jório Dauster com lideranças partidárias, a resolução determina as condições para o referendo do Senado aos acordos de renegociação da dívida. A aprovação dos acordos é uma exigência da Constituição (artigo 52).

A sintonia entre o governo e os parlamentares só não é completa porque alguns senadores insistem em proibir qualquer tipo de pagamento de juros atrasados aos bancos privados antes da aprovação final do acordo de renegociação pelo Senado. A proibição, contida no projeto apresentado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), exclui a dívida de curto prazo de caráter comercial ou interbancário.

"Todas as negociações passadas caíram no engodo de fazer pagamento simbólico", avalia o senador Severo Gomes (PMDB-SP), presidente da comissão de economia. "O dispositivo poderá enrijecer a negociação", admitiu Fernando

OFERTA — O Berliner Handels und Frankfurter Bank (BHF-Bank) fez uma oferta para comprar 64% do Deutsche Handelsbank, uma subsidiária do ex-banco estatal da Alemanha Oriental, por um valor não revelado. Estimativas públicas avaliam o negócio em um valor entre 200 milhões e 250 milhões de dólares (US\$ 131,7 milhões e US\$ 164,6 milhões).

(AP/Dow Jones)

Henrique. Mais identificado com o governo, o substitutivo do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) dá liberdade aos negociadores para decidir se pagam ou não os juros atrasados.

LIMITES AO ACERTO

Além de atrelar a renegociação à "capacidade interna de pagamento", a resolução do Senado impõe alguns limites ao acerto com os credores:

- No cálculo da capacidade de pagamento, não poderão ser computadas receitas com a venda de empresas estatais.

- O desembolso fica limitado à garantia de reservas cambiais equivalentes a 4 meses de importação. O valor será calculado pela média das importações nos últimos 12 meses.

- Na capacidade de pagamento, ficam "salvaguardadas" as necessidades de financiamento do crescimento econômico.

- Litígios nos contratos serão submetidos à arbitragem: um árbitro indicado pelo credor, outro pelo devedor e um terceiro; caso não haja concordância, será indicado pelo presidente da corte internacional de justiça de Haia.

- A conversão da dívida em ações de empresas em privatização deverá sofrer "deságio prévio".

- Ficam vetadas despesas do governo brasileiro com as atividades do comitê credor.

Preocupados com as resistências dos credores à proposta apresentada pelo governo brasileiro, os senadores esperam que a resolução fortaleça os negociadores. "Vai ser muito difícil convencer os credores", prevê o senador Severo Gomes. O líder tucano, Fernando Henrique, acredita que a proposta ainda será alterada em vista das pressões dos banqueiros.